

## A Igreja Povo de Deus e os desdobramentos de sua vocação

*Church People of God and  
the development of her vocation*

*Guilherme Franco Octaviano\**

*José Aguiar Nobre†*

**Resumo:** Inspirado pela celebração dos 70 anos da criação da Diocese de Santo André (SP), o presente texto visa abordar a realidade do Povo de Deus a partir da eclesiologia do Concílio Vaticano II e os desdobramentos da sua missão. A partir de alguns aspectos, abordar-se-á as dimensões da ação eclesial nas quais se manifesta esta figura da Igreja, dotada do Espírito Santo e dos meios aptos para sua unidade visível e ação social (cf. *Lumen Gentium*, n. 9). Tudo isso animado pelo empenho de resgatar, promover e viver a sinodalidade, “que exprime a estrutura operativa da comunhão na Igreja em todos os seus níveis” (CIPOLLINI, 2022, p. 45).

**Palavras-chave:** Concílio Vaticano II; Ação eclesial; Sinodalidade; Comunhão.

**Abstract:** Inspired by the celebration of the 70<sup>th</sup> anniversary of the creation of the Diocese of Santo André, the present text aims at approaching to the reality of People of God according to the Ecclesiology of II Vatican Council and the developments of its mission. From some aspects the text will deal with the dimensions of ecclesial action in which the figure of this Church can be seen, endowed with the Holy Spirit and the means to her visible unity and social action (*Lumen Gentium*, n. 9). All this animated by the effort to recover, promote and live the Sinodality “that expresses the operative structure of communion in the Church on all her levels” (CIPOLLINI, 2022, p. 45).

**Key words:** II Vatican Council; Ecclesial action; Sinodality; Communion.

### 1 Povo de Deus

---

\* Mestrando em Teologia (PUC-SP). Bacharel em Filosofia (UNIFAI) e em Teologia (PUC-SP). Sacerdote incardinado na Diocese de Santo André/SP. Exerce os ofícios de Pároco e de coordenação da Comissão Diocesana de Liturgia.

E-mail: [guilherme.138@gmail.com](mailto:guilherme.138@gmail.com)

† Doutor em Teologia (PUCRJ); Doutor em Filosofia (UFPR). Mestre em Educação (PUC-Campinas). Docente da Faculdade de Teologia na Graduação e Pós-Graduação.

E-mail: [nobre.jose@gmail.com](mailto:nobre.jose@gmail.com)

Deus escolhe para si um povo, destinado à realização do projeto salvífico de Deus. A dimensão coletiva do judeu-cristianismo se relaciona com a fé, a vida e a salvação. Para o judeu-cristianismo, as bases da fé são eventos históricos (criação, encarnação, revelação, escatologia). E tudo isso diz respeito à comunidade, pois a fé é comunitária. O indivíduo não se isola, mas se insere em várias instâncias de participação. A *Lumen Gentium* afirma que Deus não quis salvar indivíduos, mas quis salvar um povo (cf. n. 9). Ora, “Deus quis entrar em uma dinâmica popular, na dinâmica de um povo” (*Gaudete et Exsultate*, n. 6). A noção de “povo” é histórica e familiar. A noção do “povo eleito” não exclui os outros povos, mas se coloca a serviço deles como sinal de salvação. A Igreja do Novo Testamento está prefigurada no Israel do Antigo. Ao se falar de Igreja, fala-se em “Povo de Deus”, assim como se fala de Israel. É uma transferência de o que se fala para Israel ao novo povo. O povo do Senhor é o *laós*, enquanto os outros povos são *ethné*. O laós de Deus é formado por parentes e expressa a ideia de comunhão de vida e destino. Os nômades viam Deus como Pai. Dessa ideia surgem as alianças, unidade entre um e outro, fazendo com que Deus caminhe com seu povo onde quer que esteja – Deus conduz o povo e o povo conduz a Deus. E várias alianças foram feitas: Adão, Abraão, Moisés, Davi, Jesus. Elas não são excludentes, mas são modos de Deus renovar seu agir em diferentes etapas da História. Israel entende a eleição e a Terra Prometida como exclusividade. Isso vigorou por muito tempo no Cristianismo.

A primeira configuração histórica do povo ocorreu quando da chegada à Terra Prometida e se dava pela anfictionia das doze tribos (cf. Js 13-19). Assim como ela, o novo povo tem doze Apóstolos (cf. Mt 3,13-19). Esse número simbólico indica totalidade. As primeiras comunidades cristãs eram grupos pequenos e familiares, reunindo-se nas casas. Formar Igreja é formar pequenos grupos. Antes de qualquer organização estatal, as tribos eram comunidades de fé simplesmente. No Antigo Testamento há formas de compreensão do povo de Deus que serão relidas e repassadas para o novo povo de Deus, no Novo Testamento.

A expressão “Povo de Deus” foi resgatada pelo Concílio Vaticano II e alude a uma presença concreta de um povo no mundo. Esse povo não é definido por língua e etnia, mas pelo batismo. O termo retoma o sentido de *ekklesia*, que é o fundamento estrutural do cristianismo, valorizando o âmbito comunitário da fé cristã. A base teológica do “povo de Deus” faz parte de seu desígnio, quando o Senhor escolhe para si um povo que recebe a missão de estar a serviço dos outros povos, como sinal de salvação e “como preparação e figura daquela aliança nova e perfeita, que haveria de ser selada em Cristo” (*Lumen Gentium*, n. 9). A eleição está sempre arraigada à missão. A tradição do Antigo Testamento deixa clara a missão do povo eleito:

“todos me conhecerão, dos menores aos maiores” (Jr 31,34). A grande conquista do Antigo Testamento é a compreensão de que o Deus Criador é também o Deus da Israel, Libertador, do Êxodo. O chamado de Abraão tem vistas à universalidade. Os profetas denunciam o não cumprimento da Aliança, pois o povo deturpou o sentido da eleição. Jesus, em sua ação e pregação, chama a atenção para isso. Na tradição do Novo Testamento é clara a ideia de herança, ou seja, a missão outrora dada a Israel agora é estendida para a Igreja, o povo messiânico, para que, em Cristo, todos os povos tenham vida. Ela “se situa nessa perspectiva como realização definitiva da reunificação do Israel, povo de Deus” (PIÉ-NINOT, 1998, p. 32). A Igreja é continuadora do Antigo Testamento enquanto herda a promessa, os dons e a missão de Israel. Mas ao mesmo tempo ela é descontinuada, porque o povo agora não mais se distingue como etnia, mas pelo batismo, pois todos são um em Cristo, um “edifício espiritual”, como diz a *Lumen Gentium* (cf. n.10). Esse novo povo organiza-se 87 concretamente na sociedade e na história.

O Concílio Vaticano II conseguiu unir herança do Antigo Testamento e universalidade da salvação, concretizando historicamente o messianismo de Jesus. Num primeiro esquema conciliar, a expressão “Povo de Deus” não existia, mas, sim, a diferenciação entre hierarquia e laicato. Somente depois esse termo foi usado, em substituição da concepção de sociedade perfeita, envolvendo todos os membros da Igreja, cujo ponto de união é o Batismo (cf. FLORISTAN, 1999, p. 168-169). Existe, porém, o mesmo perigo da deturpação do sentido do povo de Deus, como, por exemplo, o eurocentrismo, o medievalismo, a conservação dos valores e normas da cristandade.

## **2 As dimensões do Povo de Deus**

A partir da noção de “Povo de Deus” regatada pelo Concílio e abordada brevemente neste texto, percebe-se que todos os que, pelo Batismo, recebem a adoção de filhos e filhas de Deus possuem uma missão específica, participando da missão do Cristo, “quando lhe dá testemunho vivo, especialmente por uma vida de fé e caridade, e quando oferece a Deus o sacrifício de louvor” (*Lumen Gentium*, n. 12). A abrangência da vocação do Povo de Deus pode ser abordada a partir de quatro aspectos: a celebração, a caminhada, a partilha e o anúncio. Não há, aqui, a intenção de esgotar esses aspectos, mas, a partir deles, levantar alguns pontos de reflexão, sobretudo na prática pastoral.

## 2.1 Povo de Deus que celebra

A liturgia, ação pertencente à Igreja, é uma dimensão de suma importância que manifesta a vocação do Povo de Deus, que é chamado a continuar a obra salvadora de Cristo por meio das ações litúrgicas e dos sacramentos. A liturgia não pertence a um grupo específico, mas a todo o corpo eclesial. Celebrar é tornar especial e presente o Mistério Pascal de Cristo, atualizando sua fonte de significação e buscando santificar a vida de todo o povo fiel. O Concílio Vaticano II afirmou que

Como Cristo foi enviado pelo Pai, assim também ele enviou os apóstolos, cheios do Espírito Santo, não só porque, pregando o Evangelho a todos os homens anunciassem que o Filho de Deus com a sua morte e ressurreição nos livrou do poder de satanás e da morte e nos transferiu para o Reino do Pai, mas também para que levassem a efeito, por meio do sacrifício e dos sacramentos, sobre os quais gira toda a vida litúrgica, a obra de salvação que anunciavam. Assim pelo batismo os homens são inseridos no mistério pascal de Cristo (...). Do mesmo modo, toda vez que come a ceia do Senhor, anunciam a sua morte até que venha (*Sacrosanctum Concilium*, n. 6).

De fato, o Batismo é o que faz nascer a vocação de Povo de Deus no conjunto dos fiéis, convocados pelo Senhor, por Cristo, totalmente presente nas ações litúrgicas, pela ação do Espírito Santo. Assim, a liturgia é a fonte e o ponto alto da ação da Igreja (cf. *Sacrosanctum Concilium*, n.10). O Povo de Deus, que celebra, é chamado a cultivar em sua vida o que recebem pela fé, e isso faz com que a liturgia tenha um papel preponderante na vivência da missão e da cultura e espiritualidade do acolhimento. Ela é a relação íntima dos cristãos católicos com Jesus Cristo e seu Espírito. Por isso, “é impossível que a vida se transforme em culto espiritual agradável ao Pai sem a comunhão com Cristo e seu Espírito por meio da liturgia” (CASTELLANO, 2008, p. 73).

Partindo da Carta Apostólica do Papa Francisco, *Desiderio Desideravi*, sobre a formação litúrgica do povo de Deus, é preciso resgatar o sentido da Liturgia, que é o caminho pelo qual a Igreja se encontra com seu Senhor. Por ela, a Igreja é realmente Igreja. É desejo de nossa Igreja o desejo o papa: “convidar toda a Igreja para redescobrir, custodiar e viver a verdade e a força da Celebração cristã” (*Desiderio Desideravi*, n. 16). Em tempos de “cultura do espetáculo”, em que as aparências e os caracteres estéticos ficam em primeiro plano – unido a toda corrente tradicionalista presente na Igreja – o conceito de liturgia vem sendo deturpado, reduzido, instrumentalizado e, além disso, muitas vezes, na prática pastoral, a liturgia deixa de ser fonte de vida e passa a ser um problema a ser resolvido. Isso se verifica com facilidade a

partir do crescimento de grupos que associam o fim da liturgia à validade dos ritos, a partir de uma compreensão legalista da realização deles.

Por uma reta compreensão da celebração cristã, é possível superar o que o papa chama de “mundanismo espiritual”, baseado no resgate do pelagianismo e do gnosticismo. É preciso, portanto, cuidar da *ars celebrandi*. Partindo do princípio que toda a comunidade celebra, é missão de todos os batizados e batizadas a atenção com a celebração. “Reunir-se, o caminhar em procissão, o sentar-se, o levantar-se, o ajoelhar-se, o cantar, o silenciar, o aclamar, o olhar e o escutar (...), não se trata de ter de seguir uma etiqueta litúrgica: é antes uma ‘disciplina’” (*Desiderio Desideravi*, n. 51).

Ao pensar em redescobrir o sentido da liturgia, a partir do que a *Sacrosanctum Concilium* afirma, não se deve buscar um esteticismo ritual e um apego rubricista. Do mesmo modo, não se pode conceber a reforma litúrgica como o precedente para uma banalidade desleixada ou mera superficialidade. A busca do povo de Deus deve ser pelo cuidado com todos os aspectos, como espaço celebrativo, tempo litúrgico, gestos, palavras, vestimentas, cantos, e na atenção aos ritos, mas somente isso não é suficiente.

O Papa Francisco ressalta que há, no sujeito contemporâneo, a perda da capacidade de se confrontar com a ação simbólica, tão presente na liturgia. Por isso, caiu-se no erro de explicar conceitualmente todos os símbolos e de criar tradições novas, que nada têm a ver com o sentido dos sacramentos. Atualmente, nas reuniões e formações das pastorais litúrgicas, a liturgia é vista não como fonte da vida e da missão da Igreja, mas como um problema a ser resolvido, resumido pelo que se pode ou não se pode realizar. O fulcro da questão é eclesiológico. Certamente, a consciência da Igreja como Povo de Deus, Corpo de Cristo, Templo do Espírito Santo, pela qual, por meio do Batismo, se vive a comunhão e a participação, também está comprometida pela concepção de outros cenários de Igreja que não estão em comunhão com a eclesiologia conciliar. Como expressão da Igreja, se não há uma reta compreensão do seu eu-ecclesial, não haverá, conseqüentemente, uma reta compreensão do sentido da celebração cristã.

## **2.2 Povo de Deus que caminha**

Além de celebrar, o Povo de Deus é chamado a manifestar o agir de Deus em favor de todo o gênero humano. E aí reside a importância do acolhimento como prática pastoral, e também pela criação de uma cultura vocacional, a partir da qual todos possam sentir o chamado de Deus e discernir com sabedoria, bem como o incremento do trabalho missionário no contexto urbano,

com o fim de chegar a todos. É uma dimensão prática, condição indispensável para que o povo, esperando sempre no Senhor, caminhe sem se cansar (cf. Is 40,31).

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil afirmam que

Nossas comunidades precisam ser lugar do olhar, do abraço e do afeto: olhar o outro e ver nele um irmão, imagem de Deus; acolhê-lo e perceber nele alguém que partilha de um destino comum. A este propósito, nos exorta o Apóstolo São Paulo: “que o amor fraterno vos una uns aos outros, com terna afeição, estimando-vos reciprocamente” (Rm 12,10). Em nossas comunidades, a afetividade, a empatia, a ternura com o irmão devem ser as marcas desta casa da fraternidade, que promove o que o Papa Francisco chama de “revolução da ternura” (DGAE 2019-2023, n. 134).

A Diocese de Santo André realizou, em 2018, um Sínodo Diocesano, vislumbrando já a importância da sinodalidade, tão abordada nos últimos tempos. O I Sínodo Diocesano fez com que a Igreja em Santo André exercitasse em si o carisma do acolhimento. Mais do que o serviço de uma “Pastoral da Acolhida”, a missão e o anúncio da Palavra só acontecem de forma eficaz se os agentes de pastoral são imbuídos de uma espiritualidade e cultivam uma cultura de acolhimento. Segundo a Constituição Sinodal,

a extensão da acolhida se faz a tantos quantos Deus ama, aos quais é nossa missão acolher. Mas a quem ele ama? Ele ama a todos que criou em seu amor. Deste modo nossa acolhida deve ser a todos (...). Faz-se urgente gerar no interior de nossas comunidades tanto a cultura como a espiritualidade do acolhimento” (n. 230-231).

Partindo deste princípio, o Povo de Deus precisa buscar um aspecto fundamental e prático na ação pastoral das comunidades: ao se pensar em “acolhida”, a tendência é pensar naqueles que chegam, mas não se acolhe verdadeiramente quem chega se não se acolhe, antes, aqueles que já estão. É sabido que em nossas comunidades, assim como em todo o mundo, há conflitos, mas que, à luz da fé, devem ser superados. “É preciso procurar identificar bem os problemas que uma sociedade atravessa, para aceitar que existem diferentes maneiras de encarar as dificuldades e resolvê-las” (*Fratelli Tutti*, n. 228). Nesse sentido, é preciso alertar a todos sobre a necessidade de haver, nas comunidades cristãs, mais espaço para o acolhimento e a comunhão entre seus membros, para que a acolhida não seja algo superficial. Hoje há, nas comunidades cristãs, um grande número de casais em situação irregular, casais em segunda união, neófitos, homossexuais e pessoas em diversas situações, que não podem mais ser deixadas à margem.

Ainda há numa paróquia, por exemplo, divisão e rivalidade entre comunidades, ferindo a noção de paróquia como uma comunidade de comunidades; ainda há numa pastoral, falta de aceitação do papel dos coordenadores, revelando a falta de noção sobre o verdadeiro sentido da comunhão e participação; ainda há, na Igreja como um todo, a falta de um diálogo intra-ecclesial. São muitas correntes, tendências e linhas, mas “o diálogo sinodal implica coragem tanto no falar quanto no escutar” (COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, A Sinodalidade na Vida e na Missão da Igreja, n.111).

### 2.3 Povo de Deus que partilha

O Povo de Deus não é Povo de Deus somente quando celebra a fé ou quando exercita o diálogo no ambiente comunitário e intra-ecclesial. Faz parte também a ação dos batizados no mundo, em diálogo com a sociedade e com abertura para acolher e agir junto às necessidades dos povos e dos tempos. Nesse sentido, a partilha é um dos aspectos que compõem a missão da Igreja, concretizada na prática da caridade, sobretudo pelas Pastorais Sociais e o Setor Família.

A Igreja também recorda a advertência do Apóstolo que, animando os fiéis à caridade, os exorta a terem os mesmos sentimentos de Cristo Jesus (...). E porque os discípulos devem imitar e testemunhar sempre a caridade e a humildade de Cristo, a mãe Igreja rejubila por encontrar em seu seio homens e mulheres que seguem mais de perto a aniquilação do Salvador e a manifestam mais claramente, abraçando a pobreza, com a liberdade dos filhos de Deus, e renunciando à sua vontade própria (*Lumen Gentium*, n. 42).

Realçando, além da pobreza, a realidade e os desafios da família, bem para o futuro da Igreja e do mundo, a Igreja precisa oferecer a todos apoio e aconselhamento sobre o amor, a superação dos conflitos na família e a educação dos filhos, que vão, certamente, resultar na construção de um mundo melhor e mais fraterno.

O medo do compromisso, que aflige boa parte das pessoas atualmente, faz com que elas também não se sintam mais responsáveis umas pelas outras, sobretudo no tocante à dignidade de cada um. Além disso, “transpõe-se para as relações afetivas o que acontece com os objetos e o meio ambiente: tudo é descartável, cada um usa e joga fora, gasta e rompe, aproveita e espreme enquanto serve; depois, adeus” (*Amoris Laetitia*, n. 39).

Sugere-se, portanto, que o Povo de Deus atinja níveis práticos da vida familiar, suas alegrias e dificuldades, sua relação com a vida eclesial, o modo como a família pode se engajar na promoção e uma cultura do acolhimento, sobretudo dos mais pobres e necessitados.



## 2.4 Povo de Deus que anuncia

Assim como Jesus Cristo anunciou o Reino de Deus, por gestos e palavras, a Igreja anuncia e aponta para esse Reino, e em sua ação pastoral, sobretudo a Comissão Pastoral para a Animação Bíblico-catequética, a Pastoral das Comunicações e o Setor Juventude, a missão vai ter como base a centralidade do anúncio da Palavra na ação evangelizadora. A Igreja existe para evangelizar, e a noção do Povo de Deus está totalmente arraigada ao anúncio da Palavra. É preciso evidenciar esta dimensão, da animação bíblica da vida e da pastoral.

Os carismas, dons do Espírito Santo que a Igreja continuamente recebe, devem sempre estar a serviço da ação evangelizadora. “Um sinal claro da autenticidade de um carisma é a sua eclesialidade, a sua capacidade de se integrar harmoniosamente na vida do povo santo de Deus para o bem de todos” (*Evangelii Gaudium*, n. 130). Para que o anúncio aconteça – anúncio da Palavra – sem ser reduzido ou instrumentalizado por determinadas correntes ou ideologias, é preciso superar o particularismo e exercitar o sentimento de pertença a uma comunidade local. Os bispos do Brasil nos recordam que

Assiste-se, também, ao aparecimento de cristãos que formam grupos fechados em seus ideais, sem comunhão com a diocese e resistentes ao diálogo com o mundo. Multiplicam-se associações pequenas de interesses religiosos particulares. Geralmente são pessoas que promovem certo fundamentalismo católico (CNBB, Doc. 100, n. 34).

A falta do sentimento de pertença à comunidade local afeta demais o conceito e a missão da Igreja-Povo de Deus. Percebe-se uma crescente busca dos fiéis por determinados grupos católicos, impulsionados pelas mídias sociais, que resulta em não acolhimento da mensagem do pastor local, mas adesão à mensagem de outros pastores. Noutras palavras, o pastor anuncia, mas nem todos acolhem. A formação pode alertar sobre este contexto, que atinge todas as camadas da sociedade e todas as faixas etárias, e oferecer pistas sobre como superar este contexto desafiador.

### À guisa de conclusão

Após quase 60 anos da abertura e realização do Concílio Vaticano II, e a partir de uma realidade concreta de uma Igreja Particular, é preciso ainda muito esforço para que a vocação



do Povo de Deus seja compreendida e vivida no seio eclesial. Sendo caracterizado pelo Batismo, que une todas as pessoas no sacerdócio comum, do mesmo modo como a descendência de Abraão reunia o povo da Antiga Aliança, o Povo de Deus, que caracteriza a Igreja, tem uma vocação específica e uma missão que se desdobra de uma maneira muito abrangente, seja na Igreja, seja no seu papel de ser sinal de salvação para todo o gênero humano.

A partir dos aspectos da celebração, da partilha, da caminhada e do anúncio, que envolvem a Liturgia, a caridade, a vida e vocação da família no plano de Deus, a catequese, a animação vocacional, os meios de comunicação e o trabalho junto às juventudes, pode-se resgatar alguns pontos fundamentais do papel da Igreja no mundo. Atentos à cultura hodierna, e às correntes que vão ganhando corpo e espaço na sociedade, é preciso lançar um olhar mais atento para tudo que pode deturpar a autoconsciência da Igreja, como, por exemplo, o mundanismo espiritual, a dificuldade de acolhida e relacionamentos humanos, os desafios que atingem a família e as demais instituições e a falta do sentimento de pertença e do desejo do comprometimento, para que, juntos, possamos encontrar soluções e caminhos novos, a partir dos quais a missão da Igreja será mais eficaz.

Que, com esse pequeno contributo, seja possível fomentar o diálogo, a análise e o debate acerca de tais realidades, para que toda a bagagem de conteúdo dos documentos conciliares seja realmente aplicada e vivida pelos sujeitos eclesiais.

## Referências

CASTELLANO, Jesús. **Liturgia e Vida Espiritual**: teologia, celebração, experiência. Trad. Antonio Efro Feltrin. São Paulo: Paulinas, 2008 (Coleção liturgia fundamental).

CIPOLLINI, Pedro Carlos. **Por uma Igreja sinodal**: sinodalidade- tarefa de todos. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2022.

CNBB. **Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia** – a conversão pastoral da paróquia. Doc. 100. Brasília: Edições CNBB, 2014.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **A Sinodalidade na Vida e na Missão da Igreja**. Brasília: Edições CNBB, 2021.

CONCÍLIO VATICANO II. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962- 1965)**. São Paulo: Paulus, 1997.

FLORISTAN, Casiano. **La Iglesia: comunidad de creyentes**. Salamanca: Sigueme, 1999.

FRANCISCO. **Carta Apostólica Desiderio Desideravi**, sobre a formação litúrgica do povo de Deus. Brasília: Edições CNBB, 2022.

FRANCISCO. **Carta Encíclica Fratelli Tutti**, sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica Gaudete et Exsultate**: sobre o chamado à santidade no mundo atual. São Paulo: Paulus, 2018.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Amoris Laetitia**. São Paulo: Loyola, 2016.

PIÉ-NINOT, Salvador. **Introdução à Eclesiologia**. Trad. João Paixão Netto. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2012 (Coleção IDT).